

OS DESAFIOS PARA A CULTURA

foto: Lóris Canhetti / Ccult

Não resta dúvida que 2014 foi um ano pautado pela defesa do projeto de governo que tem disponibilizado maior acesso a segmentos da sociedade brasileira historicamente alienados de seus direitos, em detrimento de um projeto que insiste em ressuscitar e que consiste em debilitar a Soberania brasileira.

Mesmo com uma agenda curta, espremida por um calendário eleitoral, e principalmente pós-eleitoral, a Comissão de Cultura conseguiu manter uma pauta ativa e garantidora de debates e conquistas que determinam o papel fundamental da Cultura na construção da sociedade brasileira.

Em tempos de debates acalorados sobre investimento e gastos públicos, sendo estes tratados como desperdício com o dinheiro do contribuinte, a Comissão trouxe para debater a implementação do Vale Cultura empresas, sindicatos de trabalhadores, gestores públicos e produtores. As mesmas empresas e entidades que defendem a Lei Rouanet, cuja maior ampliação está na renúncia fiscal pautadas por ações culturais de interesse das suas áreas e diretorias de marketing, foram convidadas para assumir o compromisso de efetivar a política que objetiva ampliar o acesso à Cultura e fortalecer o mercado cultural. Ficou constatado na audiência que existe ainda uma grande resistência das empresas de brindar aos trabalhadores a autonomia de escolher o que realmente querem consumir culturalmente.

Debatemos a definição de livro digital, que será beneficiado pelas isenções fiscais que o livro físico em papel tem. É grande a força das empresas e parlamentares na inclusão de dispositivos de leitura, conhecidos por e-books, para serem totalmente isentados de impostos, em detrimento da indústria nacional. Os equipamentos em questão são fabricados no exterior, não geram mão de obra e nem tecnologia no país. Proposto para que sejam incluídos na Lei do Bem, o relatório está agora sendo debatido na Comissão de Finanças e Tributação para resgatar a isenção total.

Também realizamos audiência pública para debater a Lei de Cota de Tela, que garante a exibição da produção nacional de audiovisual nos canais de TV a Cabo, o que fez com que nestes dois últimos anos aumentasse a produção audiovisual nacional. Esta lei é fomentada pelos recursos do Fundo Setorial para o Audiovisual, sob administração da ANCINE, e que neste momento estão sendo debatidos na Comissão de Finanças e Tributação sua redução e via requerimento à Mesa Diretora da Casa, conseguimos que o projeto seja contemplado pela nossa Comissão de Cultura, para garantir o CONDECINE.

Estes exemplos ilustram que por trás do debate sobre como o Governo gasta o nosso dinheiro advindo de impostos. O que está em debate e em disputa é o poder dos donos do capital transnacional em decidir onde e como se beneficiar do bem-comum.

No penúltimo Expresso 168, debatemos os Desafios para a Cultura. Está claro que assim como as grandes potências tiveram na Cultura seu alicerce para construir o modelo de sociedade, diga-se de passagem falido, devemos preservar nesta Comissão os debates sobre recursos do Estado brasileiro e seu poder de valorizar a nossa cultura de solidariedade, diversidade e de respeito ao próximo e ao meio ambiente. Uma Cultura de Sustentabilidade, não só de plantas, mas de mulheres e homens comprometidos com o desenvolvimento e fortalecidos pela sua autonomia crítica e criativa.

Nosso último grande debate sobre recursos, neste momento, serão as Emendas da Comissão para o setor e defender intransigentemente a PEC da Cultura.

Feliz 2015 para todos os brasileiros e brasileirinhos!

Alice Portugal, presidenta
Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados

MANIFESTO DESTACA A IMPORTÂNCIA DO SAMBA BRASILEIRO



"O samba no Parlamento é a garantia de defesa do patrimônio nacional". Foi com esta temática que a deputada Alice Portugal, presidenta da Comissão de Cultura, conduziu o Manifesto Cultural "Dia Nacional do Samba", realizado no dia 02 de dezembro, no Hall da Taquigrafia da Câmara dos Deputados. Durante o evento, parlamentares ressaltaram a importância do samba para a cultura brasileira e destacaram nomes de grandes sambistas, como Tia Ciata, considerada a patrona do samba, e Riachão, um dos mais importantes compositores de samba do país, que com 93 anos ainda canta e celebra o samba da Bahia.

"O samba é a manifestação cultural, artística e musical

da alma do povo brasileiro. Neste dia, saímos em defesa da cultura brasileira, lutando pela aprovação da PEC 421, antiga PEC 150, que garante um percentual fixo de recursos para a cultura, e também pelo Procultura que renova a Lei Rouanet e democratiza recursos para o setor. Queremos sim orçamento fixo e o samba é quem grita por nós no dia de hoje", destacou a deputada Alice Portugal.

O evento foi abrilhantado com a participação do Grupo Heróis de Botequim, de Goiânia (GO), e do Caçula do Pandeiro, de Cuiabá (MT). Para Guilherme Noleto, que faz parte do Heróis de Botequim, o evento demonstrou o interesse da Câmara pela valorização da cultura brasileira. "Achamos fantástico a Câmara convidar um grupo de samba para participar deste manifesto. Foi marcante não só para

nós da banda, mas também para o Brasil, pois mostra o interesse da Casa em mostrar e valorizar a nossa cultura e trazer o samba para dentro do Parlamento", destacou.

Caçula do Pandeiro realiza um projeto cultural com crianças de Cuiabá, que oferece aulas de pandeiro e palestras sobre música e outros temas. "Precisamos de mais oportunidades, mostrar o samba cuiabano, que vem da periferia e da comunidade sem recursos do poder público. Levo este projeto na raça e hoje estou feliz em mostrar meu trabalho aqui em Brasília. Parlamentares, olhem pelo samba e pela cultura, pois precisamos de incentivos", enfatizou o sambista.

foto: Richard Silva / Liderança PCdoB

MARINHA PROPÕE EMENDA À COMISSÃO DE CULTURA PARA O MUSEU MARÍTIMO



A presidenta da Comissão de Cultura, deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), recebeu, no dia 10 de dezembro, o Almirante Armando Senna Bitencourt, responsável pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Esta diretoria tem como propósito preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da Marinha, contribuindo para a conservação de sua memória e para o desenvolvimento da consciência marítima brasileira.

Na ocasião, o Almirante apresentou o projeto do Museu Marítimo, no Rio de Janeiro, buscando apoio para aprovação de uma emenda de Comissão para a matéria. A recuperação do prédio que abrigará o Museu será realizada

em quatro etapas. A primeira já está em conclusão. Além das exposições de longa duração, o Museu contará com salas de exposição que abordarão temas como o desenvolvimento da navegação, a defesa e a exploração das riquezas do mar, o progresso tecnológico do navio, os homens do mar, entre outros.

A deputada Alice Portugal comprometeu-se em destinar emenda de Comissão para o Museu Marítimo, por se tratar de um projeto que promove o desenvolvimento cultural e preserva o patrimônio histórico nacional. A deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), ex-presidenta da Comissão de Cultura, também participou da reunião.

foto: Richard Silva / Liderança PCdoB

"A cultura assusta muito. É uma coisa aterrorizante para os ditadores. Um povo que lê nunca será um povo de escravos." - Antônio Antunes

ENCONTRO DISCUTE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI CULTURA VIVA



foto: Richard Silva / Liderança PCdoB

A última edição deste ano do Expresso 168 da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados reuniu representantes da sociedade civil, de Pontos de Cultura, gestores e parlamentares, no dia 9 de dezembro. O evento destacou os principais desafios da regulamentação da Lei 13.018/14 que transformou o Programa Cultura Viva em política de Estado. O encontro foi realizado na semana em comemoração aos 10 anos do programa.

A deputada Luciana Santos abriu o Expresso, destacando que considera a Lei Cultura Viva a política pública mais inovadora dos últimos tempos. Segundo Lula Dantas, representante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, a relação do Estado com os agentes culturais ainda é excessivamente burocrática. "Isso é só o início da regulamentação de uma lei complexa que envolve um trabalho de dez anos. O importante é não cometermos os mesmos erros do passado, apenas trocando nomes dos instrumentos e mantendo as mesmas referências. É necessário que o Estado entenda que fazer cultura é diferente de construir uma ponte", destacou.

Davy Alexandrisky, membro do Conselho Nacional de Políticas de Cultura, destacou que o Ministério da Cultura regulamentou a lei à luz do instrumento antigo do convênio que era a maior perversidade. "O Termo de Compromisso Cultural (TCC), que é um instrumento previsto na lei, muita gente não sabe o que significa. Um parâmetro que poderia ser seguido é a questão da modalidade prêmio, uma vez que ele será entregue para algo que já aconteceu e que rendeu bons resultados. E as regras do prêmio não abrem mão do bom uso do dinheiro público", explicou.

A secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Márcia Helena Gonçalves

Rollemberg, destacou que para desburocratizar o processo é preciso dar maior visibilidade de como fazer a parceria entre o Estado e os Pontos de Cultura. "O TCC vem substituir o antigo convênio. Tínhamos uma expectativa de utilizar a simplificação de contas que já estava sendo construída no Mrosc [Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil], mas com o adiamento deste marco tivemos que ousar e apresentar já uma primeira estruturação dessa prestação de contas que reduz essa parte de documentação a ser entregue, foca no objeto e nos resultados", explicou a secretária. Segundo ela, a regulamentação será feita de maneira gradual e responsável.

De acordo com Marcelo Bemerguy, secretário-geral de Controle Externo de Educação e Cultura do Tribunal de Contas da União (TCU), o processo de prestação de contas é inevitável quando se trata de dinheiro público. "A tradição dos órgãos de controle é o isolamento, mas fica claro o quanto devemos ouvir e entender os processos para melhorarmos nossa atuação. E com esta lei, teremos a oportunidade de usarmos nossa criatividade para construirmos essa nova relação", afirmou.

A presidenta da Comissão de Cultura, deputada Alice Portugal, destacou que a expectativa é que, até o final deste ano, seja sinalizada a simplificação da lei, uma vez que muitos pontos de cultura esperam recursos há muito tempo. A regulamentação está em processo de construção pelo Executivo e por um Grupo de Trabalho formado por gestores e produtores de cultura do país. Participaram do debate também o representante da Comissão Nacional de Pontos de Cultura, Alexandre Santini, e o representante da Comissão Nacional de Gestores e Gestoras, João Luiz Prestes Rabelo.

"A cultura assusta muito. É uma coisa apavorante para os ditadores. Um povo que lê nunca será um povo de escravos." - Antônio Antunes

COMUNICAÇÃO E CULTURA EM REDE

foto: CCult



A Comissão de Cultura recebeu, no dia 9 de dezembro, representantes da sociedade civil e de movimentos sociais vinculados à pauta da comunicação para discutir a ampliação do tratamento da temática comunicação e cultura no Colegiado, com futuras realizações de audiências públicas, reuniões e seminários. A ideia trazida pelo grupo é discutir, no próximo ano, o papel da TV pública e da comunicação pública em geral, do surgimento de meios alternativos de comunicação e da abordagem da mídia pública e privada com a finalidade de dar publicidade aos temas da cultura.

Participaram da reunião Adriano de Angelis, coordenador do Colegiado Setorial de Audiovisual do DF e articulador da Rede de Inovação Audiovisual (RiAV); Helenise Brant, jornalista e integrante do Colegiado Setorial de Audiovisual do DF e da RiAV; Marielle Ramires, integrante do Fora do Eixo, da Casa das Redes e do Movimento Social das Culturas; Ney Hugriot, integrante do Fora do Eixo, da Casa das Redes e da Mídia NINJA; Regina Lucia Alves de Lima e Veronica Lucena da Silva, integrantes da Diretoria de Participação Social da Secretaria de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República.



Comissão de Cultura - 2014

Contatos: (61) 3216-6945 | <http://www.blogosfero.cc/comculturacamaras> | ccult.decom@camara.leg.br | eventos.ccult@camara.leg.br
Presidenta: Alice Portugal (PCdoB/BA) / **1ª Vice-Presidente:** Luciana Santos (PCdoB/PE) / **2ª Vice-Presidente:** Onofre S. Agostini (PSC/SC) / **3ª Vice-Presidente:** Evandro Milhomen (PCdoB/AP) // **Secretária da Comissão:** Nádia Raposo // **Equipe de apoio técnico e administrativo:** Ana Prestes / Cristian Santos / Federico Vázquez / Frederico Santos / Jesse Rodrigues / Laila Monaiar / Laila Morrary Araújo / Lóris Canhetti / Luisa Paula de Oliveira / Maiana Neves / Maria Lúcia Rodrigues / Simone Mendonça // **Adolescentes:** Amanda Rodrigues / Felipe Santos / **Impressão:** Deapa/CgrfComissão de Cultura - Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, Sala 168 CEP: 70160-900
 Este informativo foi produzido utilizando os softwares livres Gimp, Inkscape e Scribus e as fontes Ubuntu e Liberation/



/comculturacamaras



/comculturacamaras



/culturacamaras



/comculturacamaras